

Antes tarde do que nunca: novos subsídios para o debate sobre o colonial tardio[#]

Fábio Pesavento

Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM)

fpesavento@espm.br

Resumo: Desde antes de 1750, o porto carioca já se destacava nos quadros do império ultramarino português. A origem desse processo, em boa medida, remonta à expansão da região mineira na virada do século XVII para o XVIII. Grosso modo, se conhece os efeitos positivos da extração aurífera na economia do Rio de Janeiro. Contudo, quais os seus efeitos na economia fluminense após o declínio da extração aurífera? Dauril Alden sugere que a Colônia vai presenciar uma profunda crise econômica. João Fragoso aponta para a formação de uma vasta rede de abastecimento, sugerindo não uma crise, mas a formação de um amplo mercado interno. A fim de colher novos subsídios para o debate colonial tardio, trabalhou-se com 6.500 escrituras públicas depositadas no Arquivo Nacional, além de outras fontes primárias que envolviam a economia do termo do Rio de Janeiro entre 1750-90. Quando se agrupa os dados que indicam crise e se compara com os sugerem que não, os resultados apontam para um revigoreamento do setor rural e uma estagnação da atividade econômica do Rio de Janeiro entre 1750-90.

Palavras-chave: Rio de Janeiro, colonial tardio, escrituras, mercado interno, crise econômica.

Abstract: Since before 1750 the port Rio has highlighted in the Portuguese overseas empire. The origin of this process to a large extent, back to the expansion of the mining region at the turn of the century to the XVII century. We know the positive effects of extracting gold in the economy of Rio de Janeiro. However, what the effects on the economy after the decline fluminense extraction of gold? Dauril Alden suggests that the colony will witness a profound economic crisis. João Fragoso points to the formation of a vast network of supply, suggesting not a crisis, but the formation of a broad domestic market. In order to reap further benefits for the late colonial debate, worked up to 6500 deed deposited in the National Archives and other primary sources that the term involving the economy of Rio de Janeiro between 1750-90. When grouping the data indicate that crisis, and compared with those not, the results suggest: a reinvigoration of the rural sector and a stagnation of economic activity in Rio de Janeiro between 1750-90.

Keywords: Rio de Janeiro, late colonial, deeds, internal market, economic crisis.

[#] Versão de parte da tese de doutorado defendida em fevereiro de 2009 no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense.

INTRODUÇÃO

Desde antes de 1750, o porto carioca já se destacava nos quadros do império ultramarino português. A origem desse processo, em boa medida, remonta à expansão da região mineira, com a descoberta do ouro na virada do século XVII para o XVIII. O ouro gerou um aumento no fluxo de bens e serviços para a região mineira o qual intensificou o comércio de abastecimento levando ao estabelecimento de uma série de redes comerciais.¹

Ao lado daquele processo, durante o século XVIII, ocorre um aumento do fluxo de comércio o qual majora a interligação entre o Rio de Janeiro e diferentes praças mercantis dentro e fora do império ultramarino português (PESAVENTO, 2009). Este processo engendrou a formação de um grupo social (homens de negócio) ligado ao comércio interno e externo colonial. Gradualmente, os negociantes de grosso trato superaram o grupo de pressão de grandes fazendeiros (ligado ao setor rural, designado por “nobreza da terra”), o que pôe a descoberto uma nova estrutura na condução da lide política.² Portanto, na segunda metade do XVIII, tornam-se nítidas as consequências desse processo, qual seja, o espaço fluminense transformou-se num dos principais *locus* da dinâmica econômica colonial brasileira.

Portanto, se conhece, grosso modo, os efeitos positivos da extração aurífera na economia do Rio de Janeiro restando uma questão: passado o “ciclo do ouro”, quais os seus efeitos na economia fluminense? Se a extração aurífera aumentou o fluxo de mercadorias, agentes, informações, crédito na região sudeste, quais os seus efeitos quando do seu declínio? Um importante debate historiográfico se descortina para responder aquela indagação. Dauril Alden sugere que a Colônia vai presenciar uma profunda crise econômica e que os recursos existentes foram deslocados para o setor agrícola. Este processo Alden chamou de colonial tardio. A partir de uma ampla pesquisa documental, João Fragoso aponta para a formação de uma vasta rede de abastecimento, interligando diversas partes da região sudeste, sugerindo não uma crise, mas a formação de um amplo mercado interno.

A fim de colher novos subsídios para o debate colonial tardio, trabalhou-se com 6.500 escrituras públicas depositadas no Arquivo Nacional, além de outras fontes primárias que envolviam a economia do termo do Rio de Janeiro. Importante alertar que os dados coletados estão longe de provar ou refutar teorias clássicas da historiografia

¹ Sobre o comércio do abastecimento cf. Zemella (1990); Chaves (1999); Carrara (2007).

² Cf. Fragoso (2000); (2005).

brasileira. Por outro lado, ajudam a estruturar um cenário alternativo, a fim de se tentar compreender o nível de atividade econômica entre 1750-90 no Rio de Janeiro.

O trabalho foi dividido em três partes, sendo a seguinte um breve resumo da economia do Rio de Janeiro na segunda metade do setecentos, assim como um panorama do debate acerca o colonial tardio. Em seguida, apresentam-se os dados sobre o comportamento da economia carioca após o declínio da extração aurífera, finalizando com uma breve conclusão.

1. O Rio de Janeiro depois da queda da produção aurífera e o colonial tardio

Nesta primeira parte do trabalho apresenta-se uma brevíssima contextualização do período e da economia fluminense na segunda metade dos setecentos. Além disto, realiza-se uma revisão do debate sobre o colonial tardio.

Quando se observa o cenário fluminense na virada da primeira para a segunda metade do XVIII³, nota-se que desde antes de 1750, o Rio de Janeiro já figurava como o principal centro econômico do Brasil, “a partir do terceiro decênio do XVIII, a praça do Rio de Janeiro começou a transformar-se no principal centro comercial da América Portuguesa e no mais importante porto receptor de importações de outras partes do Ultramar e da reexportação de produtos europeus” (FRAGOSO, 1998: 75). Não faltam exemplos deste movimento fluminense, o qual pode ser explicado, em boa medida, pela sua localização geográfica no conjunto do império português.

Quando o rush mineiro inicia, na virada do século XVII para o XVIII, o Rio ainda é um porto, mas cada vez mais a economia fluminense se desloca para o interior do Brasil. A notícia da existência das jazidas provocou uma admirável migração para Minas Gerais. Indivíduos de diversas classes sociais, de todas as partes do Reino e da Colônia partem para a região mineira, acarretando em um aumento populacional sem precedentes, o que desencadeou não só o aumento do consumo, mas a formação de novos povoados, vilas e cidades, elevando a circulação e produção de diversas mercadorias. Além disto, foi necessário montar um aparato administrativo e fiscal para garantir a porção da Coroa, reforçando a expansão e importância da região sudeste brasileira.

Este período também vai presenciar o crescimento do comércio de cabotagem entre diferentes partes da colônia, reforçando a incipiente interligação econômica entre

³ Ver Fragoso (1998), Fragoso & Florentino (2001), Florentino (1997), Lobo (1978), Sampaio (2003), Fragoso; Gôvea & Bicalho (2001), Faria (1998), Cavalcanti (2004).

sul, sudeste e nordeste. Um exemplo do crescimento da movimentação do porto do Rio de Janeiro no início do século XVIII é arrecadação da dízima da alfândega. Segundo Ângelo Carrara “no triênio iniciado em 1º de janeiro de 1712 o valor alcançou a cifra de 53:200\$000 réis. (...) no triênio de 1721 a 1723, o valor saltou para 66:600\$000 réis. No triênio seguinte, 97:400\$000 réis” (CARRARA, 2008: 19). O papel do caminho novo deve ser destacado, pois permitiu uma via de comunicação mais rápida, de 12 a 15 dias, do Rio com a região aurífera. Substituiu o caminho velho que partia de São Paulo que demorava sete dias a mais para atingir Ouro Preto (via Parati). ZEMELLA (1990) mostra a importância desse caminho para o desenvolvimento não só do Rio, mas para toda região mineira e arredores.

Outro aspecto da economia fluminense na virada da metade do século XVIII é o fato que com a intensificação do fluxo de pessoas, navios e comércio. Natural que também ocorresse uma ampliação da importância política do espaço fluminense no Império Português. Isso se põe a descoberto em 1763, quando é transferida a capital de Salvador para o Rio. Outro exemplo é o tribunal da Relação do Rio de Janeiro, criado já em 1750, a fim de resolver pendências jurídicas ocorridas no sul, centro-oeste e sudeste do país. Com isso, houve a migração de juristas, da alta nobreza e da burocracia portuguesa, além de um maior contingente de militares (CAVALCANTI, 2004).

Este período também vai presenciar a implementação de novas culturas no Rio de Janeiro, como o anil, o arroz, a cochonilha, o linho cânhamo, a amoreira (bicho de seda) e o café. Na verdade, estas medidas de fomento estão inseridas num contexto peculiar. De um lado existe o crescimento da demanda inglesa por matérias-primas, fruto da Revolução Industrial. De outro, as medidas pombalinas de fomento agrícola. Portanto, a segunda metade do século XVIII vai presenciar a consolidação não só da economia, como também da estrutura política fluminense ao lado do crescimento de novas culturas.

Um personagem de destaque no século XVIII foi Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal.⁴ Durante o período pombalino (1750-77), percebe-se uma mudança nas diretrizes do Estado português. Em linhas gerais, Pombal arrefeceu a influência política da Igreja e da nobreza no Estado, além de incorporar parte da burguesia nascente (concedendo privilégios) e de buscar políticas econômicas que permitissem diminuir a dependência inglesa (econômica e política).

⁴ Sobre o Marquês de Pombal destaca-se Falcon (1982); (2005), Azevedo (2004), Maxwell (1996).

Esse quadro parece claro quando se observam os desdobramentos de seu governo durante os anos 1750. Com relação ao Brasil, pode-se dizer, de uma maneira geral, que as primeiras ações de Pombal foram no sentido de reorganizar a administração (política) e a economia, uma vez que o Império passava por dificuldades financeiras, em face da queda da extração aurífera na região das Gerais e o arrefecimento das exportações brasileiras. O objetivo dessas medidas era o de “criar uma estrutura administrativa e política que atendesse às necessidades do Tratado de Madrid e às novas realidades econômicas e aos problemas de comunicação que se originaram da exploração e colonização permanente do interior do Brasil” (SILVA, 2004: 486).

Parece nítido que existe uma alteração do ambiente institucional luso-brasileiro. Se antes da administração do Marquês de Pombal a igreja e os ingleses exerciam influência nos desígnios portugueses, após a morte de dom João V, estes setores vão ter seu prestígio arrefecido. A ação de governo posta em prática por Carvalho e Melo, representa uma nova “ideologia” (regra informal) no Estado, a qual gerou novas regras formais (leis e decretos). Esse movimento alterou o ambiente institucional e afetou o desempenho econômico não apenas do Reino, mas também do seu principal porto, o Rio de Janeiro (PESAVENTO, 2009).

Ainda resta uma questão: passado o “ciclo do ouro” quais os seus efeitos sobre a economia do Rio de Janeiro? Se a extração aurífera aumentou o fluxo de mercadorias, agentes, informações, crédito na região sudeste, quais os seus efeitos quando do seu declínio? Um importante debate historiográfico se descortina para responder aquela indagação. De um lado, existe o argumento – apresentado por Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil* – de que após o arrefecimento da extração aurífera a economia colonial brasileira passou por um processo de atrofiamento. A explicação reside no fato de que a renda entrou em declínio uma vez que boa parte dos agentes regrediram para um regime de subsistência. Ela é seguida por boa parte da historiografia brasileira, ganhando revigoramento com o trabalho de Dauril Alden, o qual sugere que a Colônia vai presenciar uma forte crise econômica após o arrefecimento da extração aurífera.

A principal causa da crise foi a queda vertiginosa na renda, tanto pública quanto privada, do Brasil iniciada no começo da década de 1760. (...) A Principal causa do severo corte na renda da coroa proveniente do Brasil foi o declínio da produção das minas de ouro e diamantes do interior (ALDEN, 1999: 549).

Em função disso, os agentes deslocam seus recursos para o setor agrícola. Este processo Stuart Schwartz chamou de renascimento agrícola. Para Alden, o colonial tardio passou pelo *boom* do ouro, seguido da queda da extração e em seguida pelo revigoramento “da forma tradicional da riqueza colonial, a agricultura de exportação” (FRAGOSO & FLORENTINO, 2001: 84).

Antes disso⁵, Caio Prado Júnior alertava que o papel primordial da colônia era o de estar sempre “voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio (...)” (PRADO JÚNIOR, 1979: 32). Portanto, não há o menor espaço para o mercado interno, salvo o de gado, numa colônia plenamente subordinada. A integração com outros espaços também é colocada de lado, frente ao negócio com a metrópole. Mesmo quando admite o contrabando com os territórios espanhóis, ressalta que tal mercado é de “pouca monta, desprezível mesmo.”

Esta linha tem continuidade em 1979, quando Fernando Novais publica *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. Tratava-se de uma obra original, ainda que estivesse influenciada pelo modelo proposto por Caio Prado Júnior. Por trás dessas contribuições, havia a preocupação clara de explicar a sociedade brasileira e sua economia atual a partir das chagas da colonização. Assim, parece existir uma corrente teórica que, perpassando a obra de Caio Prado, Celso Furtado e Fernando Novais, deu pouca importância ao mercado interno.

Não deixa de chamar a atenção que durante as décadas de 1940 e 1950, um grupo de historiadores da Universidade de São Paulo (Sérgio Buarque de Holanda, Alfredo Ellis Júnior e Affonso de E. Taunay) produziu alguns dos mais importantes trabalhos sobre a economia colonial os quais tinham a preocupação de estudar o mercado interno. Seus orientados também seguiram esta linha. Entre eles, José Roberto do Amaral Lapa, que em 1966 defendeu seu doutorado *A Bahia e a Carreira da Índia*. Interessante notar no trabalho de Alice Canabrava (*O Comércio Português no Rio da Prata*) que sua abordagem atenta para a constituição de laços comerciais que ligavam Buenos Aires à América Lusa, tema que só voltaria a ser abordado décadas depois, nos trabalhos de (MOUTOUKIAS, 1987) e (ALENCASTRO, 2000).

Já nos anos 1980, na Universidade Federal Fluminense, uma série de pesquisas trouxeram novos elementos para o debate. Investindo fortemente em estudos regionais, feitos a partir do uso de ampla base documental, este grupo de historiadores obteve

⁵ Esta parte do trabalho é baseada em Gil & Pesavento, (2005).

respostas originais para velhos problemas, tendo em professores como Ciro Cardoso e Maria Ieda Linhares, seus principais orientadores. Dentre essas contribuições, incluem-se *Homens de Grossa Ventura*, de João Fragoso, *Em Costas Negras*, de Manolo Florentino, *A Colônia em Movimento*, de Sheila Faria e *Morfologia da Escassez*, de Francisco Carlos Teixeira da Silva.

O livro *Arcaísmo como Projeto*, de Fragoso e Florentino, síntese das teses de doutorado dos autores, acabou tornando-se a principal inovação no que diz respeito ao debate. A idéia principal de *O Arcaísmo* é a de um mercado interno colonial: “a estrutura de produção colonial gera os seus mercados de homens e alimentos, o que, por sua vez, viabiliza a aparição de circuitos internos de acumulação para além das trocas com a Europa” (FRAGOSO & FLORENTINO, 2001: 19). João Fragoso e Manolo Florentino também destacam uma nova idéia de colonial tardio, o qual é entendido como

uma época marcada não tanto por uma recuperação econômica, mas principalmente um período de consolidação de novas formas de acumulação do Sudeste-Sul escravista, formas essas coincidentes com o domínio do capital mercantil e, pois, com a hegemonia de uma nova elite econômica. A elite, nesse caso, seria constituída pela comunidade de comerciantes de grosso trato residentes na praça mercantil do Rio de Janeiro (FRAGOSO & FLORENTINO, 2001:84-5).

Por esse ponto de vista, a economia do Rio de Janeiro não atravessaria um renascimento agrícola, muito menos uma crise pós “ciclo do ouro”, uma vez que a produção carioca já estava voltada para atender o mercado interno. Esse trabalho teve segmento para outros períodos e regiões como por exemplo a tese de doutoramento de Júnia Furtado e de Antônio Carlos Jucá de Sampaio.

Há uma série de outras contribuições que não poderão ser tratadas aqui, mas que merecem menção, por se colocarem nos interstícios desse debate. Cita-se os trabalhos de Charles Boxer, John Monteiro, Kenneth Maxwell, Stuart Schwartz, Larissa Brown e Rae Flory. Além disto, o início do século XXI testemunhou uma série de novos trabalhos⁶ que se envolviam nesta ceara. Todos estes novos trabalhos lançaram mão de ampla pesquisa documental, além de diluírem seu campo de análise, incorporando muito os chamados aspectos “extra-econômicos”.

Em resumo, dentro do debate historiográfico, ALDEN (1999) afirma que a economia do Rio de Janeiro pós 1750 (especialmente durante a década de 1760) estaria assolada por uma perda de ritmo, na medida em que a atividade mineradora foi arrefecida, enfraquecendo os fluxos monetários e a capacidade de realizar inversões.

⁶ Nas rotas do império, conquistadores e negociantes, diálogos oceânicos.

Diante desse cenário, os agentes regressam para a produção agrícola. Esse processo foi denominado de renascimento agrícola ou colonial tardio. Para FRAGOSO (1998), no entanto, a economia carioca não presenciou o renascimento agrícola, uma vez que a produção agrícola carioca estava voltada para o mercado interno de abastecimento, desde antes do declínio mineiro. Uma vez realizado um breve panorama da atividade econômica do Rio de Janeiro e visto o diálogo no que diz respeito à revisão historiográfica, parte-se para a incorporação de novos subsídios ao debate.

2. Novos subsídios para o debate “colonial tardio”

Nesta parte do trabalho, com base em uma ampla pesquisa documental primária, busca-se incorporar novos subsídios ao debate colonial tardio. Cabe a ressalva de que o presente estudo se depara com a imprecisão das informações primárias do período analisado, o que prejudica a construção dos argumentos, deixando espaço para interpretações não conclusivas. Além disto, soma-se o fato da influência do jugo político nas relações sociais, o qual encobre as relações formais – positivadas nas escrituras públicas, por exemplo – pelo véu da informalidade, abrindo espaço para o comportamento oportunista por parte dos agentes envolvidos nas transações. Assim, por vezes, o preço não é resultado do comportamento da oferta e da demanda, mas sim do ambiente institucional, que pode variar de freguesia para freguesia, pois é o resultado das relações sociais construídas com o passar dos anos.

Apesar do Rio de Janeiro figurar em inúmeros estudos sobre a sua estrutura sócio-econômica, existe uma limitação: o diminuto número de pesquisas quando se utiliza o recorte 1750-90. Isso pode ser explicado em função dos resultados encontrados por SAMPAIO (2003), qual seja, de que o preço dos bens urbanos apresenta uma mediana e média superior aos bens rurais na década de 1740. Era de se imaginar que o resultado manteria-se entre 1750-90, uma vez que FRAGOSO (1998) mostrou que a partir da década de 1790 também os bens urbanos apresentavam um valor acima dos rurais. Contudo, a análise realizada anteriormente PESAVENTO (2009) mostrou um comportamento que revela novos subsídios para a compreensão da economia do Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII. Entre eles um comportamento altista dos bens rurais frente aos urbanos na década de 1760-70 (conforme aponta o gráfico 2). Diante deste resultado, busca-se novos subsídios para verificar:

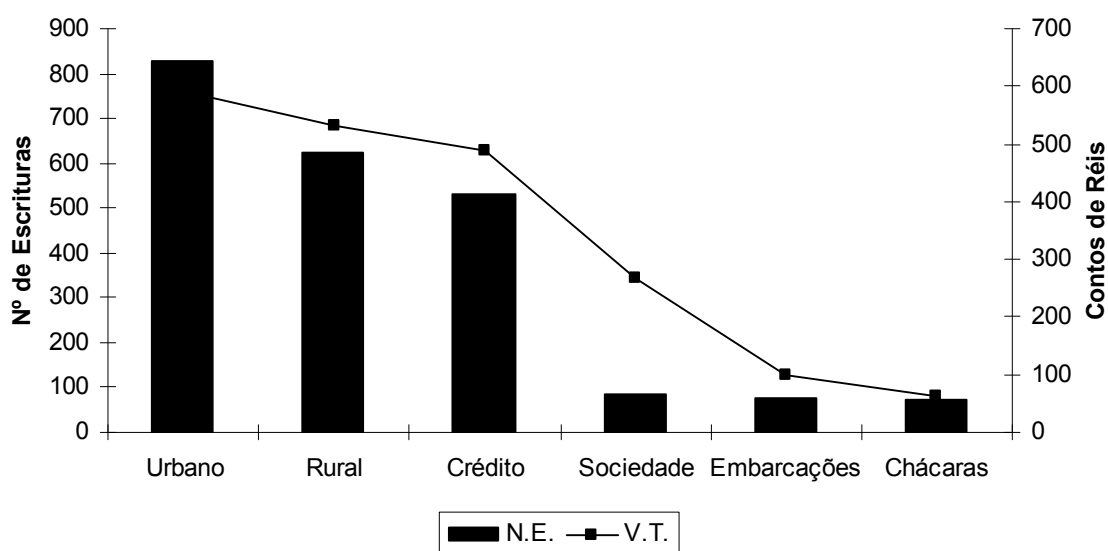
- a. até que ponto houve crise pós 1750;
- b. se ocorreu um renascimento agrícola.

Ao total, foram digitalizadas mais de 6.500 escrituras públicas no Arquivo Nacional envolvendo o termo da cidade do Rio de Janeiro. Destas, 5.329 puderam ser analisadas e 2.503 tiveram seus valores reconhecidos. Convém esclarecer que a classificação das escrituras públicas seguiu estudos anteriores (SAMPAIO, 2003; FRAGOSO, 1998). Portanto, foram classificadas da seguinte maneira:

- a) urbanas: irá compreender aquelas escrituras de prédios urbanos (sobrados, moradas de casas térreas, sobradinhos, chãos, lojas, bancas e etc);
- b) rurais: escrituras de compra e venda de terras, engenhos, sítios e fazendas;
- c) empréstimos: escrituras de dinheiro a razão de juros, dívida e obrigação;
- d) chácaras: escrituras de compra e venda de chácaras;
- e) embarcações: transações que envolvem corvetas, saveiros e demais embarcações;
- f) sociedades: escrituras de associação para fins mercantis.

Deve-se alertar que nas entrelinhas, diversos aspectos sociais alteram os incentivos dos agentes, impossibilitando realizar uma análise restrita aos valores contidos nas escrituras, pois estes valores podem ter sido fruto de alguma relação social anterior. A distribuição das categorias (por valor e número) estão descritas no gráfico 1.

Gráfico 1 – Número e valor total das escrituras por categoria: 1750-90



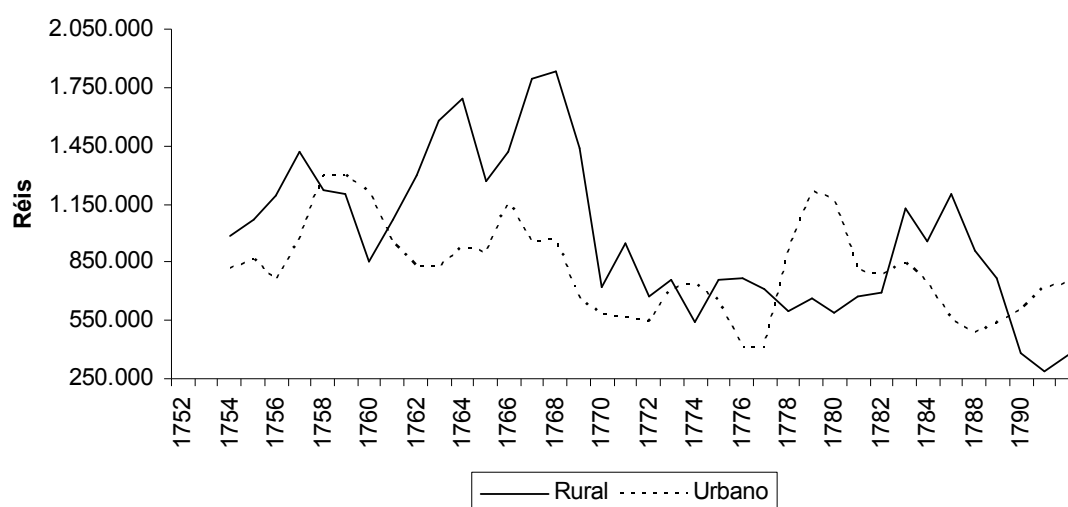
Fonte: AN, escrituras públicas depositadas no 1º, 2º e 4º Ofício de Notas. Elaboração própria.
NE: número de escrituras, VT: valor total = soma total do valor de 2.503 escrituras com valores reconhecidos.

O gráfico acima mostra que o número de escrituras urbanas são predominantes em número e em valor, seguida das de crédito e rurais. Mas como o preço dos bens

rurais e urbanos se relaciona com o debate colonial tardio? De uma maneira geral, os negócios envolvendo bens urbanos estavam concentrados com os homens de negócios (SAMPAIO, 2004; FRAGOSO, 1998; PESAVENTO, 2009), os quais estavam ligados ao mercado interno uma vez que atendiam, grosso modo, a demanda interna. Assim, provavelmente, quanto maior o preço do bem urbano frente ao rural (mais ligados ao comportamento da economia internacional), maior o desenvolvimento do mercado interno e, por consequência, do nível da atividade econômica do Rio de Janeiro.

Os dados da amostra coletada no AN revelam que as escrituras urbanas somam 632 contos de réis entre 1750-90 (só as lojas aparecem com mais de 151 contos de réis). O que chama a atenção é a expressiva participação dos homens de negócio nas escrituras urbanas, o que não se repete no setor rural (PESAVENTO, 2009). Qual será então o comportamento do preço dos bens urbanos e rurais após o declínio da extração aurífera? O preço do urbano, como dito anteriormente, representa uma *proxi* do nível de atividade econômica interna. A fim de aprofundar o debate estruturou-se o gráfico 2.

Gráfico 2 – Média móvel anual dos preços dos bens urbanos e rurais: 1750-90*



Fonte: AN, escrituras públicas depositadas no 1º, 2º e 4º Ofício de Notas. Elaboração própria.

A tendência de uma série temporal pode ser capturada por diferentes formas, entre elas a média móvel. A média móvel (linha pontilhada) “suaviza” os valores médios anuais dos bens urbanos e rurais. O gráfico acima aponta para uma tendência conhecida (FRAGOSO, 1998), qual seja, a de que os valores dos bens urbanos se sobressaem sobre o preço dos rurais em fins da década de 1780. Por outro lado, o mesmo gráfico mostra o predomínio dos bens rurais sobre os urbanos em boa parte do

período 1750-1787. Esse movimento seria um retorno às atividades rurais? O quadro 1 abaixo mostra os negócios rurais e urbanos.

Quadro 1 – Valor médio e mediano dos negócios rurais e urbanos no Rio de Janeiro: 1750-90

	1750-59	1760-69	1770-79	1780-90
Engenho – VM	5.004.954	11.179.867	5.836.832	9.018.000
Engenho - Mediana	3.693.600	9.800.000	6.500.000	N.I.
Engenho – NE	12	12	6	2
Loja – VM	8.261.496	1.784.167	3.617.691	2.176.916
Loja – Mediana	8.590.495	2.456.600	1.010.414	1.591.544
Loja – NE	4	3	10	15

Fonte: AN, escrituras públicas depositadas no 1º, 2º e 4º Ofício de Notas. Elaboração própria.

Quando se comparam os valores dos negócios urbanos (lojas) e rurais (engenho) observa-se que a mediana de loja apresenta uma forte queda entre 1750-79, só se recuperando no período 1780-90. Os engenhos, ao contrário, mostram um comportamento distinto, aumento entre 1760-69, valorização entre 1770-79 e nova recuperação em 1780-90. Nesse sentido, existe uma clara prevalência dos negócios rurais sobre os urbanos, o que não deixa de ser interessante, pois se sabe da importância e crescimento do comércio e de setores ligados ao urbano. Portanto, o resultado sugere um “renascimento agrícola” na medida em que a demanda por bens imóveis rurais parece ter se elevado na década de 1760, coincidindo o movimento de queda da extração aurífera com o aumento da demanda por bens imóveis rurais. Considerando-se as chácaras como bens rurais, o movimento de valorização do rural entre 1760-69 se mostra claro conforme remete o quadro abaixo.

Quadro 2 – Valor total, médio e mediano das chácaras: 1750-90*

	1750-59	1760-69	1770-79	1780-90
VM	909.756	1.218.000	863.812	881.657
Mediana	900.000	1.300.000	440.000	662.500
NE	11	9	26	27

Fonte: AN, escrituras públicas depositadas no 1º, 2º e 4º Ofício de Notas. Elaboração própria.

*Valores em Réis.

Outro indicador para analisar o ritmo da economia fluminense do Rio de Janeiro entre 1750-90 é o volume de escrituras de empréstimo. O crédito serve como uma *proxi*, para mensurar o ritmo da economia fluminense, visto o seu papel para o funcionamento da economia colonial. As escrituras de dinheiro a razão de juros ou de dívida e

obrigação eram uma importante forma de se obter acesso à lide mercantil, ou mesmo a um novo bem imóvel. Os resultados estão no quadro 3 abaixo.

Quadro 3 – Valor total, médio e mediano das escrituras de empréstimo: 1750-90*

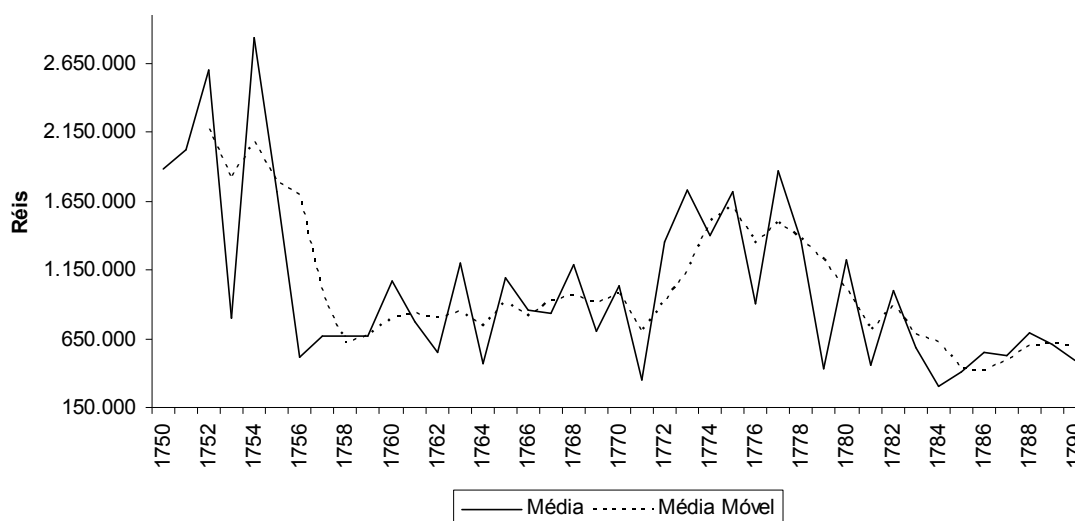
	1750-59	1760-69	1770-79	1780-90
VT	131.852.561	57.852.994	159.547.450	144.322.464
VM	1.468.431	890.170	1.089.921	626.124
Mediana	737.200	645.000	400.000	315.510
NE	81	67	164	223

Fonte: AN, escrituras públicas depositadas no 1º, 2º e 4º Ofício de Notas. Elaboração própria.

*Valores em Réis.

Como observado para os valores dos bens urbanos, durante o período 1760-69, ocorreu uma redução no número e no volume de empréstimos. Frente a um período de baixa atividade econômica, os agentes ficam avessos ao risco, o que se traduz em falta de liquidez. Portanto, o resultado do quadro acima para 1760-69, sugere uma redução do nível de atividade econômica carioca naquele período. A queda é expressiva, mas em termos de valores totais, se recupera já em 1770-79. O que impressiona é o elevado valor médio das escrituras de empréstimo entre 1750-59. O comportamento da mediana também pode revelar uma tendência de queda da economia do Rio de Janeiro, até o início de 1790. Para aprofundar os resultados obtidos no quadro acima, estruturou-se o gráfico abaixo.

Gráfico 3 – Média e média móvel anual dos empréstimos no Rio de Janeiro: 1750-90



Fonte: AN, escrituras públicas depositadas no 1º, 2º e 4º Ofício de Notas. Elaboração própria.

Novamente parece nítida a queda na atividade econômica em fins da década de 1750 e durante a de 1760, tendo em vista a escassez do crédito no período 1757-1771. O

volume de empréstimos se recupera entre 1772-80, mas cai novamente em fins da década de 1780. Quando se analisam os principais setores credores da sociedade do Rio de Janeiro, quadro 4 abaixo, percebe-se uma queda na participação dos homens de negócio na década de 1760.

Quadro 4 – Valor total das escrituras de empréstimo por segmento social: 1750-90*

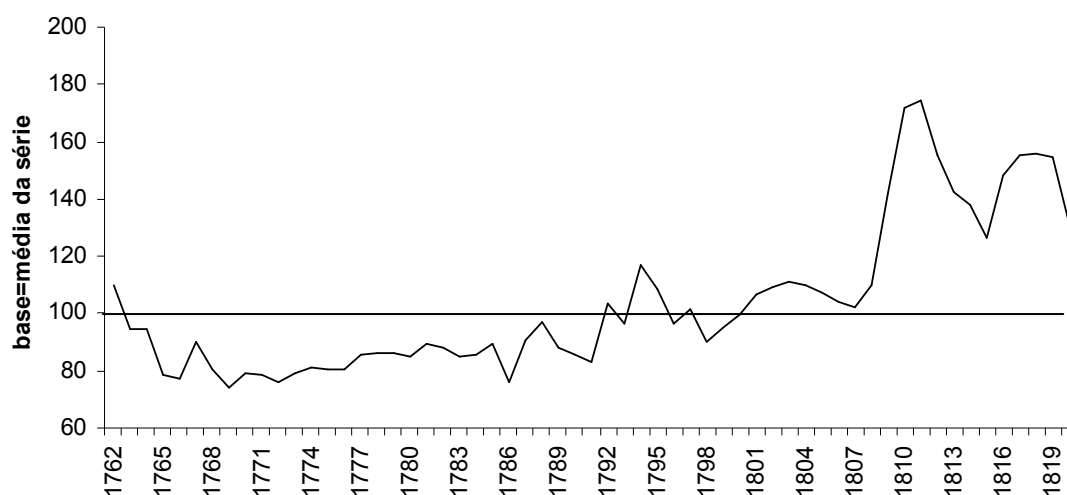
Classe Social	1750-59	1760-69	1770-79	1780-90	Total
HN	26.015.462	17.108.496	61.848.304	40.502.626	145.474.888
Capitão	7.724.177	700.000	26.085.204	25.747.801	60.257.182
Ordem de Cristo	4.200.000	500.000	21.150.220	8.183.147	34.033.367
Viúva/Dona	4.333.768	3.920.000	2.180.000	2.979.680	13.413.448
Igreja	16.564.518	6.780.000	7.341.200	3.635.500	34.321.218
Negócio	955.400	0	4.368.345	9.003.799	14.327.544

Fonte: AN, escrituras públicas depositadas no 1º, 2º e 4º Ofício de Notas. Elaboração própria.

*Valores em Réis.

Os diferentes segmentos sociais do quadro 4 somam mais de 301 contos de réis, o que representa 62% do valor total da amostra de escrituras de empréstimo coletadas no AN e confirma o grau de concentração desse mercado. Mais uma vez, o período 1760-69 aparece com um movimento de queda. Como o giro do comércio cai em momentos recessivos, é natural a queda na participação do crédito de setores ligados à movimentação mercantil (aqueles que “vivem de seu negócio”). Daí a importância das viúvas e da Igreja num momento de declínio da atividade econômica, uma vez que sua renda não estava muito ligada ao ritmo da atividade econômica. Já os homens de negócio, ficam a mercê de suas flutuações. Assim, quando a economia atravessa um período de dificuldade, como parece em 1760, quem possui uma renda “permanente” acaba exercendo uma maior participação no mercado de crédito.

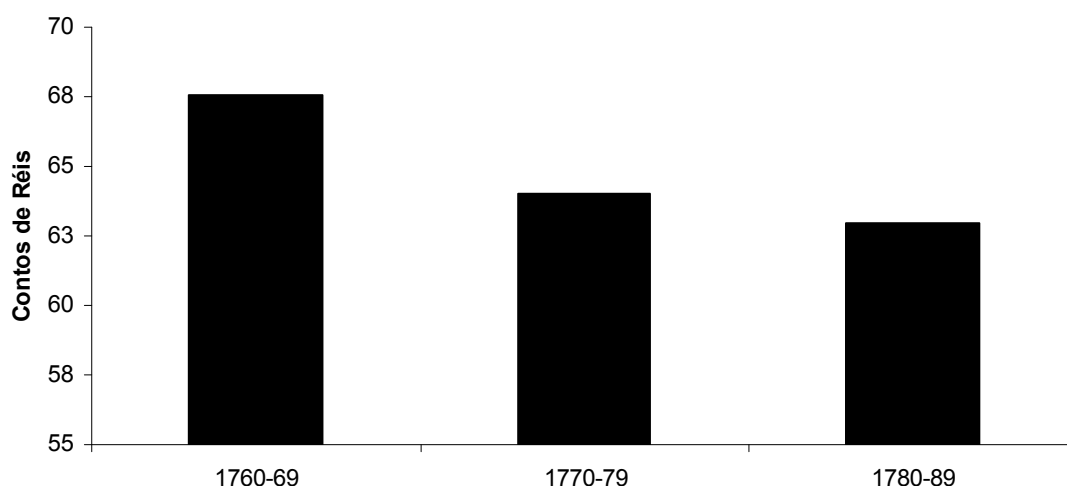
A fim de incorporar-se novos subsídios para verificar se o período 1750-90 foi de desaceleração do nível de atividade, estruturou-se a evolução dos preços do Rio de Janeiro a partir de 1762. O resultado consta no gráfico 4 abaixo.

Gráfico 4 – Evolução dos preços anuais no Rio de Janeiro: 1762-1820

Fonte: Johnson Jr (1973). Elaboração própria.

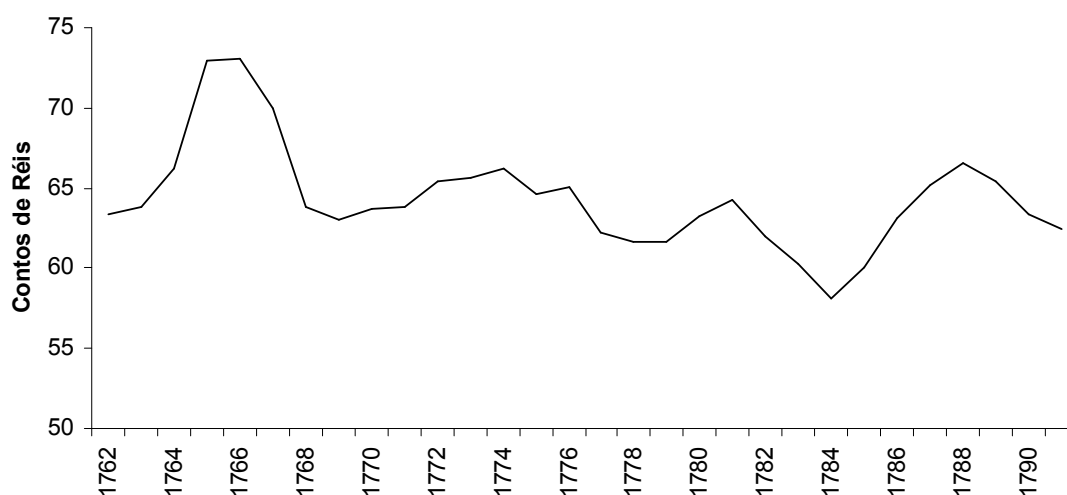
Pelo gráfico acima, percebe-se que somente em fins do XVIII o nível de preços apresenta uma trajetória de alta. Este movimento altista fica mais claro pós 1808, ante a chegada da Corte ao Rio de Janeiro. Além da maior demanda frente a uma estrutura de oferta posta, o comportamento oportunista aflora, uma vez que o principal comprador é o Rei e a sua corte. De todo o modo, o gráfico 4 mostra que o processo inflacionário ocorreu depois de 1790. Isso pode indicar um arrefecimento da atividade econômica do Rio de Janeiro entre 1760 e 1780.

Até agora não se discutiu uma variável importante na arrecadação da Coroa: os contratos régios. O movimento de seus preços ou a sua arrecadação pode servir de *proxí* para mensurar o nível da atividade econômica. O gráfico 5 mostra a média anual da arrecadação dos seguinte contratos régios: subsídio grande e pequeno dos vinhos, subsídio da aguardente do Reino e Ilhas, subsídio do azeite doce, guarda costa, subsídio da aguardente da terra (geribita), passagens dos rios Paraíba e Paraibuna, passagens do rio São João, direito dos escravos que vão para as Minas, dízima da chancelaria, novos direitos das provisões de cartas de seguro, guindastes, tabaco e mercês.

Gráfico 5 – Média anual da arrecadação de contratos régios*: 1760-89

Fonte: ANTC, livros 4132, 4057, 4058; AHU, cx.181, doc.13281. Elaboração própria.

O gráfico acima foi composto pela soma da arrecadação (ou preço) do contrato régio que envolvia a economia do Rio de Janeiro. O resultado mostra que a década de 1760 não apresentou uma queda frente às décadas de 1770 e 1780, mas pelo contrário, uma arrecadação maior. A fim de capturar-se a tendência da série, estruturou-se a média móvel anual do rendimento dos mesmos contratos que compõem o gráfico 5.

Gráfico 6 – Média móvel anual da arrecadação de contratos régios: 1762-90

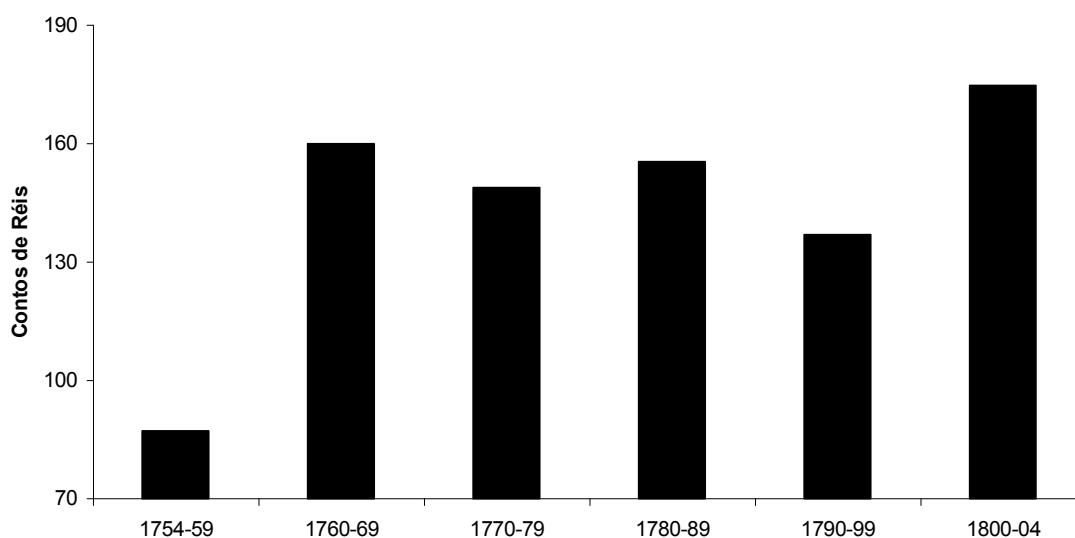
Fonte: idem anterior. Elaboração própria.

A média móvel anual revela uma queda da arrecadação daqueles contratos em fins da década de 1760 e a sua recuperação apenas em fins da década de 1780. Os resultados, novamente, sugerem que a economia carioca pode ter atravessado uma crise econômica em fins de 1760 a 1790. Contudo, os contratos que compõem os gráficos

acima não contemplam uma das principais fontes de receita da Coroa no Rio de Janeiro, a dízima da alfândega.

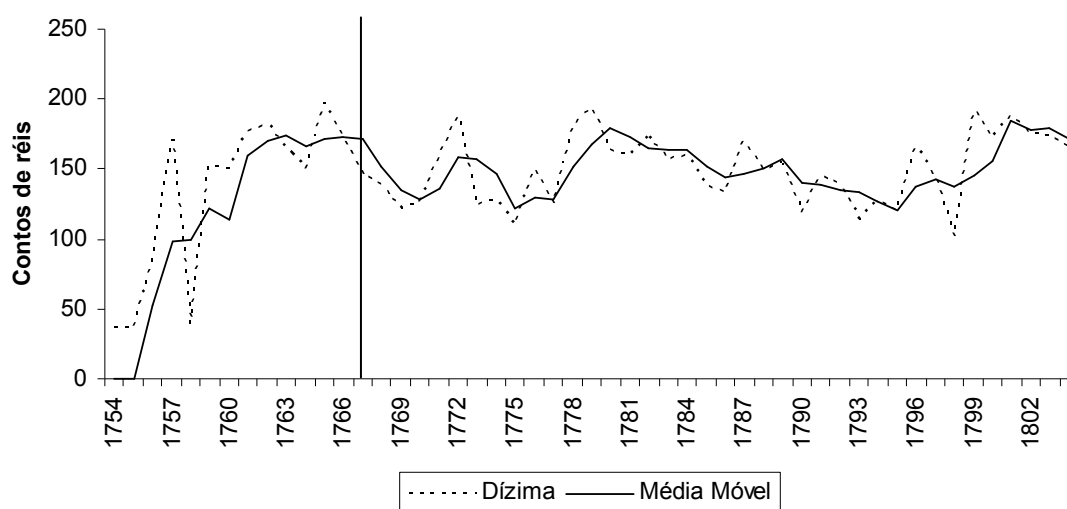
A dízima e a senhoriagem realizada pela Casa da Moeda do Rio de Janeiro representavam, aproximadamente, mais de 65% da arrecadação da Coroa no Rio de Janeiro (PESAVENTO, 2007). A dízima era um imposto cobrado sobre 1/10 do valor das mercadorias exportadas e importadas que ingressavam no porto do Rio de Janeiro. Esse imposto reflete a pujança de uma economia, uma vez que revela, grosso modo, a capacidade de uma economia em realizar transações econômicas com o exterior (medindo a demanda interna e externa). Aqui, coletou-se a arrecadação e não o valor do contrato, uma vez que reflete com maior precisão o ritmo do fluxo de mercadorias do porto carioca, dando uma maior dimensão, a princípio, da movimentação econômica fluminense.

Gráfico 7 – Evolução da média da arrecadação dos direitos da dízima da Alfândega do Rio de Janeiro: 1754-1804



Fonte: 1754-5: AHU, cx.51, doc.5083; 1756: AHU, cx.52, doc.5246; 1757-61: AHU, cx.66, doc.6209; 1762-92: ANTC, livro 4057; 1793: média aritmética entre 1792 e 1794. 1794-6: AHU, cx.179, doc.13142; 1797: média aritmética entre 1796 e 1799; 1798-9: AHU, cx.181, doc.13281, 1800-02: aproximação por AHU, cx.211, doc.14697; 1803: AHU, cx.271, doc.14959. Elaboração própria.

Pelo gráfico acima, parece nítido que a arrecadação da dízima da alfândega não apresenta uma queda na década de 1760. Pelo contrário, seu desempenho só perde para o início do século XIX. Para realizar uma melhor aproximação do comportamento da arrecadação da dízima, estruturou-se o gráfico 8 abaixo.

Gráfico 8 – Dízima da Alfândega do Rio de Janeiro: 1754-1804

Fonte: idem anterior. Elaboração própria.

Com o intuito de capturar a tendência do comportamento anual da dízima da alfândega, calculou-se a média móvel (linha contínua). Por este gráfico, verificam-se dois movimentos: aumento da arrecadação até 1767 e queda da arrecadação, até fins da década de 1790. As reformas introduzidas por Lavradio e diversos fatores exógenos explicam, em parte, as flutuações da arrecadação da dízima da alfândega do Rio de Janeiro. De todo modo, precisar-se-ia de mais informações para um resultado mais conclusivo (como a arrecadação durante a década de 1750).

Segundo os dados do gráfico acima, a década de 1760 não pode ser considerada de crise econômica. Por outro lado, é claro que a arrecadação só atingiu o mesmo patamar de 1767, no ano de 1780 e em fins da década de 1790, o que pode sugerir uma desaceleração do nível de atividade fluminense nas décadas de 1770 a 1790. Novamente, fatores exógenos, a falta de precisão na coleta dos dados pelas autoridades locais e a escassez de informações primárias limitam os resultados, transformando-os em indicadores que não podem ser tomados em caráter definitivo. Contudo, sabe-se que na segunda metade do setecentos a dívida acumulada da Coroa (cinco milhões de cruzados) com os comerciantes locais (negociantes na sua grande maioria) prejudicava o giro do comércio fluminense. Além disto, existia a queda do fluxo de pessoas na praça carioca, reduzindo a demanda (LOBO, 1978).

Conclusão

Abstruso a realização de uma conclusão, visto as disparidades dos resultados. Contudo, pode-se apreender algumas linhas gerais e, a partir destas, delinear pontos de

discussão, como forma de suscitar algumas contribuições para um entendimento do comportamento da economia do Rio de Janeiro na segunda metade do setecentos.

A princípio, os dados revelam um cenário de estagnação econômica, mas não de crise econômica. Quando se agrupam os dados que indicam crise e os compara com os que indicam uma continuidade do ritmo de atividade econômica do período pós queda do ouro, os resultados sugerem: um revigoramento do setor rural e uma estagnação da atividade econômica do Rio de Janeiro, entre 1750-90. Veja-se os dados pró crise: há menos escrituras lavradas por homens de negócio, declínio do valor de imóveis urbanos, queda no valor médio e mediano dos empréstimos, aumento concessões por entidades não ligadas aos negócios, nível de preço deflacionista. Por outro lado, o comportamento da dízima da alfândega revela ainda um fôlego entre 1760-70, assim como a média da arrecadação dos contratos. Porém, a sua queda nos períodos subseqüentes pode sugerir uma queda da atividade econômica em boa parte da segunda metade do Setecentos. Cabe a ressalva de que os dados levantados aqui são apenas indicadores do nível de atividade. Portanto, não pode ser tomados em caráter definitivo. Somente o aprofundamento das pesquisas podem revelar novos subsídios para o debate.

Outro ponto importante é o fato de que já se discutiu a crescente interligação da economia do Rio de Janeiro (e seus agentes) no XVIII com as principais praças mercantis dentro e fora do império ultramarino português (PESAVENTO, 2009; PESAVENTO & PRADO, 2009). Nesse sentido, a economia do Rio de Janeiro estava sujeita a movimentos endógenos e exógenos. Portanto, não se restringia apenas às oscilação da economia colonial ou da economia internacional, mas sua conjugação. Este cenário revela um marco analítico que permite ampliar a formulação de novas hipóteses, na medida em que expande a análise feita a partir da dicotomia interno e externo.

REFERÊNCIAS

- ALDEN, Dauril. O período final do Brasil colônia, 1750-1808. IN: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: a América Latina colonial*. São Paulo: Edusp, 1999, vol.2.
- ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e sua época*. São Paulo: Alameda, 2004.
- BOXER, Charles. *A Idade de ouro do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- _____. *O Império marítimo português: 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- BROWN, Larissa V. *Internal commerce in a colonial economy: Rio de Janeiro and its hinterland, 1790-1822*. University of Virginia: Charlottesville, 1986. Tese de doutorado.
- CANABRAVA, Alice Piffer. *O comércio português no Rio da Prata, 1580-1640*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.
- CARRARA, Ângelo Alves. Fiscalidade e conjunturas financeiras do Estado do Brasil, 1607-1718. *Seminário Hermes & Clio*, FEA-USP, São Paulo, 2008.
- _____. *Minas e currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007.
- CAVALCANTI, Nireu Oliveira. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CHAVES, Claudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.
- FALCON, Francisco. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.
- _____. O império luso-brasileiro e a questão da dependência inglesa – um estudo de caso: a política mercantilista durante a Época Pombalina, e a sombra do Tratado de Methuen. *Nova Economia*: Belo Horizonte, vol.15, n.2, maio-agosto 2005, p.11-34.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FLORY, Rae. *Bahian Society in the mid-colonial period: the sugar planters, tobacco growers, merchants, and artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725*. University of Texas: Austin, 1978. Tese de doutorado.
- FRAGOSO, João. *Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- 1993;
- _____. Algumas notas sobre a noção de colonial tardio no Rio de Janeiro: um ensaio sobre a economia colonial. *Locus*, vol.6, n.1, jan-jun. de 2000, p. 9-36.
- _____; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda (org.) *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *À Espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, c.1600 – c.1750)*. UFRJ, 2005. (Conferência apresentada no Concurso Público para Professor Titular)
- _____; ALMEIDA, Carla M. de C.; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá (org.). *Conquistadores e negociantes: história de elites no antigo regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____; et alli, (org). *Nas rotas do império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: ICT, 2006.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1998.
- FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- _____. *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

- _____; PESAVENTO, Fábio. Conversa de surdos: subsídio para o debate sobre o mercado interno. *VI Jornada Setecentista*. Curitiba, 2005.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel; PESAVENTO, Fábio. Os contratadores e os contratos do Rio de Janeiro: estudo de uma sociedade mercantil. IN: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; SILVEIRA, Marco Antônio da (org.). *Território, conflito e fiscalidade*. Belo Horizonte: Argvmentvn, 2008.
- JOHNSON JR, Harold B. A preliminary inquiry into money, prices, and wages in Rio de Janeiro, 1763-1823. IN: Dauril Alden. *Colonial roots of modern Brazil: papers of the newberry library conference*. Berkeley: University of California Press, 1973.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a carreira da Índia*. São Paulo: Companhia editora nacional/EDUSP, 1968.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, vol.1, 1978.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês do Pombal: o paradoxo do iluminismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MONTEIRO, John. Labor systems, 1492-1850. IN: COATSWORTH, H.; CORTÉS-CONDE, Roberto; BULMER, Thomas V. (eds). *Cambridge Economic History of Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press (no prelo).
- MOUTOUKIAS, Zacarias. *Contrabando y control colonial en el siglo XVII - Buenos Aires, el Atlantico y el espacio peruano*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1987.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- PESAVENTO, Fábio. O mercado interno fluminense na segunda metade do Setecentos: nota de pesquisa. *VII Congresso Brasileiro de História Econômica e 8ª Conferência Internacional de História de Empresas*, Aracaju, 2007.
- _____. *Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos*. PPGE-UFF, Niterói, 2009. Tese de doutoramento.
- _____; PRADO, Fabrício. Beyond the Portuguese Atlantic: Trans and Extra-Imperial Networks in Eighteenth-Century Lisbon, Rio de Janeiro, Rio de la Plata, and London. 2009, prelo.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650 –c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- _____. O Brasil colonial, c.1580-1750: as grandes lavouras e as periferias. IN: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: a América Latina colonial*. São Paulo: Edusp, 1999, vol.1-2.
- SILVA, M. A. A estrutura política e econômica no final do Brasil colonial, 1750-1808. IN: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: a América Latina colonial*. São Paulo: Edusp, 2004, vol.1.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Morfologia da Escassez*. UFF, Niterói, 1999. Tese de doutoramento.
- ZEMELLA, Mafalda P. *O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1990.